

PARA UMA FORMALIZAÇÃO DE MODELOS DIACRÔNICOS EM MORFOLOGIA

Mário Eduardo Viaro (USP)

Trabalhar com Morfologia parece demandar apenas uma afiliação a uma determinada corrente ou aceitar tacitamente vários pressupostos, que, aos poucos, foram acumulados ao longo da História da Linguística. No entanto, é do nosso parecer que os problemas investigados pelas ciências devam ser entendidos à luz de pressupostos claramente definidos e epistemologicamente fundamentados, sob pena de caírem em contradição ou em dogmatismos. Toda ciência supõe um objeto de estudo e a língua é o da Linguística.

Cumprir entender, portanto, o que parece ser óbvio: *que é a língua?* Como a língua é algo demasiado complexo para ser pressuposto, mesmo definindo-a como um conjunto de palavras e regras, pressupõem-se outros componentes ainda mais complexos, necessários para entender a essência de seus elementos (como o falante e a sociedade). Dessa forma, defini-la-íamos a partir de elementos já muito complexos sem questionar uma série de problemas anteriores a ela.

A existência da língua depende da sua expressão no ato de fala, que, por sua vez, depende do que se deseja expressar e da projeção que temos da compreensão do ouvinte. O falante adquiriu da sociedade a maior parte da língua que fala, portanto, a língua pré-existia ao falante. A língua compõe-se de elementos reais herdados e elementos ideais, a partir dos quais, potencialmente, se geram outros elementos reais não-herdados, num ato de fala. O componente ideal pode atuar em dois níveis: primeiramente, como o elemento real, *stricto sensu*, é único, opera-se uma *generalização* no ato da cognição e no ato de fala, de modo que se anula temporariamente a individualidade do ser linguístico real único em rumo à criação de um ser linguístico real genérico, a saber, as *palavras*; em seguida, uma vez definidas as palavras com base no que são e do que não são, promove-se uma nova generalização, em que se criam novas palavras sobre seres reais genéricos, expresso pelos *genera*.

A questão da existência de uma palavra numa língua não depende das crenças de um determinado falante-juiz. Em pesquisas com falantes, se perguntados sobre a existência de determinada palavra. Por exemplo, com relação ao verbo *pinchar*, muitos dirão que existe, pautados na sua experiência de falante, já outros dirão que nunca ouviram tal palavra e estão propensos a não acreditar na sua existência, ou mesmo a acreditar na sua não-existência. Palavras que não ocorrem nem na fala nem na escrita,

contudo, podem ser metodologicamente inferidas, como ocorrem, no estudo diacrônico, nas reconstruções.

Se uma palavra P ocorre na etapa X-2 e na etapa X, intui-se que também existiu *P na etapa X-1. Por outro lado, se uma palavra P ocorre na etapa X, intui-se que também existiu *P na etapa X-1. Apesar de errônea, tal hipótese é importante, pois toda vez que é refutada, prova-se que a palavra é um *neologismo*. Desse modo, a refutação dessa hipótese é importante para questões de datação em Linguística. Da mesma inércia deduz-se a hipótese da permanência da expressão no futuro: se uma palavra P ocorre na etapa X, intui-se que também existirá *P na etapa X+1. Ou seja, imagina-se que a expressão da palavra não será abandonada, de modo que se pode falar sobre seu futuro, como ocorre com questões como a da *produtividade*.

Se, numa etapa X, houver algum traço *t* qualquer presente em duas palavras P_1 e P_2 , ambas formarão um mesmo conjunto C e se essas duas palavras P_1 e P_2 ocorrem na etapa X, conclui-se que também existam $*P_3, *P_4 \dots *P_n$ pertencentes a C. Se, nessa etapa X, a palavra intuída *P é confirmada por meio de uma palavra P, diremos que houve *corroboração* de sua existência. Nesse caso *P passa a ser grafada P. A existência de $*P_1$ é mantida por meio de uma palavra P_2 , que, de algum modo, nos informa algo sobre $*P_1$, diremos que houve um *indício* de sua existência. Se não há provas da existência de *P, nem indícios, diremos que *P é uma hipótese fraca, pois está mais próxima de um ser fictício do que de um ser abstrato. Por ser impossível refutá-lo, *P deve ser *abandonada*.

Se na etapa X-1 não temos a *mesma* palavra P_1 existente na etapa X, mas uma outra, P_2 , parecida do ponto de vista do significante, do significado ou de ambos, deduz-se que P_1 *provém* de P_2 e que dela se derivou (por meio de regras fonéticas ou de inferências semânticas) ou, dito de outra forma, que P_2 *se transformou* em P_1 . Nesse caso, pode-se admitir que P_1 e P_2 sejam *variantes diacrônicas* da mesma palavra P, que seria, na verdade, um conceito.

Dada uma sequência sonora $x^1.x^2 \dots x^n$ referente a uma palavra P, assim como $y^1.y^2 \dots y^n$ para uma palavra P' que têm em comum *uma parte* do significado é possível fazer as seguintes definições:

Um *elemento terminal significativo* seria um sequência $z^m.z^{m+1} \dots z^n$ (em que $x^m=y^m=z^m$, $x^{m+1}=y^{m+1}=z^{m+1} \dots x^n=y^n=z^n$, de modo que $m > 1$), à qual se atribui o significado comum de P e P'. Igualmente, um *elemento inicial significativo* poderia ser definido como um sequência $z^1.z^2 \dots z^m$ (em que $x^1=y^1=z^1$, $x^2=y^2=z^2 \dots x^m=y^m=z^m$, de modo que $m < n$), à qual se atribui o significado comum de P e P' (e não a $z^{m+1}.z^{m+2} \dots z^n$). Por fim, um *elemento interno significativo* seria um sequência $z^m.z^{m+1} \dots z^p$ (em que $x^m=y^m=z^m$, $x^{m+1}=y^{m+1}=z^{m+1} \dots x^p=y^p=z^p$, de modo que $m > 1$ e $p < n$), à qual se atribui o significado comum de P e P' (e não a $z^1.z^2 \dots z^{m-1}$ ou a $z^{p+1}.z^{p+2} \dots z^n$).

Todos esses elementos significativos podem ser considerados *contínuos*. Há, contudo, *elementos descontínuos* que poderiam ser assim definidos: numa sequência $z^m \dots z^p$ em que $m \geq p$, $m \geq 1$ e $p \leq n$, um *elemento descontínuo significativo* se formará de alguns elementos entre m e p (mas não todos), à sequência dos quais se atribui o significado comum de P e P' . Dentre os elementos terminais temos os sufixos, os radicais finais de uma composição as desinências flexionais. Dentre os elementos iniciais temos os prefixos, os radicais iniciais de uma composição e desinências flexionais. Entre os elementos internos temos radicais e infixos. Entre os elementos descontínuos temos radicais e moldes fônicos presentes nas construções criadas por simbolismo, no sentido empregado por Sapir (1921) em sua tipologia linguística.

Podemos, daí, dizer que para a Morfologia, um *sufixo* seria uma sequência terminal t nas palavras P e P' , responsável por um significado S presente em ambas. Se não temos a *mesma* sequência terminal t mas uma outra, t' , parecida do ponto de vista do significante, do significado ou de ambos, deduz-se que t e t' são o *mesmo* sufixo, somente se ambos *provierem* de t'' (por meio de regras fonéticas ou de inferências semânticas) ou, dito de outra forma, que t'' *se transformou* em t e em t' . Nesse caso, t e t' podem pertencer ou não à mesma língua. O sufixo distingue-se conceitualmente das desinências flexionais e dos últimos radicais numa composição. No entanto, é importante aqui mostrar que essa definição de *sufixo* se opõe à de *base*, que seria a sequência da palavra P , excluindo-se o *sufixo* t . Supõe-se que, ao se formar o sufixo t , o significado da palavra P seja formado composicionalmente por meio do significado da base b com o significado inicial do sufixo t . Essa composição se dá por meio de elementos significativos subentendidos s . O procedimento mais comum para essa suposição é expressar o *significado* de t por meio uma *paráfrase* que envolva os elementos significativos b , s e t . Uma paráfrase, que equivaleria à *instruction* de Corbin (1987), é considerada adequada quando possível de ser apresentada para mais de uma palavra.

Classes morfológicas como *nomes*, *verbos* etc. são conceitos que se definem por meio de questões sintáticas e de morfologia flexional, dito de outra forma, por meio de um *comportamento* distinto que entram em suas definições. Podemos aceitá-los provisoriamente embora isso normalmente implique em seres abstratos com tradição historiográfica, o que compromete sua relação com a realidade. É necessário afirmar, contudo, que, dentro da progressão de ideias aqui apresentada, nem todo sufixo é obviamente denominal ou deverbal, por exemplo, também não há nenhuma afirmação

sobre palavras primitivas e derivadas e sobre a anterioridade temporal daquelas em relação a estas. Mesmo o conceito que engloba todos os sufixos derivacionais como uma única classe carece de investigação que elucide os comportamentos idênticos que justifique a existência da classe.

Seja qual for a avaliação semântica da base nas formações sufixais (obscura, pouco clara, clara ou óbvia), uma base será o elemento que se obtém, ao depreender-se o sufixo. Por vezes, essa base tem outros elementos que formam, por vezes, outras classes, a saber, outros sufixos, interfixos, prefixos etc. Esses elementos, estudados diacronicamente à luz da Morfologia, revelam a mudança do significado, longe de entender um elemento como um amontoado caótico de significados, ilógico ou sem significado, por meio do pressuposto da sequência ininterrupta, acima apresentado, encontraremos um conjunto de diversas tradições de significados, constelações lexicais, cujos significados são, por sua vez, derivados de outros mais primitivos. Essa polissemia, diferente da homonímia, remontará a núcleos comuns mais antigos. Dessa maneira, é possível imaginar uma *árvore genealógica de significados*.

De forma alguma, portanto, esse conjunto heterogêneo é ilógico. Tampouco é lógico *stricto sensu*. Antes seria melhor dizer que não lhe cabe o termo “lógica”: é, na verdade, alógico, ou seja, a lógica, no sentido estrito da palavra, lhe é indiferente. Não é possível, portanto, criar um elemento único ou um par por meio de uma intersecção de sentidos ou um arquissemema comum sem valer-se do tempo. Não é possível ou é completamente inútil, como preconiza Wierzbicka (1996), postular-lhe um grande significado que abarque todos os demais. Não haveria grandes conceitos abstratos donde nascem todos os casos reais: o modelo que se impõe nesse primeiro momento deve ser indutivo, e não dedutivo. Deve ser empírico e não trabalhar no nível ideal. Em suma, *descrever* por meio dos indícios semânticos e históricos parece o primeiro passo para evitarmos *interpretar* a partir de abstrações primitivas, variadas demais do ponto de vista teórico para que se possa apresentar alguma verdade de valor dedutivo.

A sequência histórica é inacessível e não há regra dedutiva que auxilie, no entanto, outros dados de língua podem nortear a reconstrução. Assim, é muito comum observar nas línguas que, a partir do significado “grande quantidade de X”, nasça outro mais abstrato, de “intensidade”. Por exemplo, a palavra portuguesa *muito* pode indicar tanto intensidade quanto quantidade e, independentemente, o mesmo ocorre com o japonês *takusan* e com o russo *mnogo*. Isso pode ser tomado como hipótese de reconstrução, mas, quem de fato contradiz qualquer regra indutiva são os dados, sem que

seja necessário criar regras *ad hoc*, como no caso dos modelos dedutivos vigentes em Morfologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aronoff, Mark (1976): *Word formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT.
- Basilio, Margarida (2002): "O estudo da morfologia no português falado: condições de produtividade e condições de produção", em Castilho, Ataliba T. de (ed.), *Gramática do português falado*, vol. III. Campinas: Unicamp, 364-372.
- Biderman, Maria T. C. (2005): *Dicionário do estudante*. São Paulo: Globo.
- Black, Jeremy (2000): "History of morphological research: from antiquity to the 19th century", em Booij, Geert / Christian Lehmann / Joachin Mugdan (eds.), *Morphologie: ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung*. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 34-41.
- Bloomfield, Leonard (1926): "A set of postulates for the science of language", *Language* 2, 153-164.
- Bopp, Franz (1816): *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprachen*. Frankfurt am Main: Andräische Buchhandlung.
- Bréal, Michel (1897): *Essai de sémantique (science des significations)*. Paris : Hachette.
- Bybee, Joan L. (1985): *Morphology: a study between meaning and form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Bybee, Joan L.; Hopper, Paul (2001): *Frequency and the emergence of the linguistic structure*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- Câmara Jr, Joaquim M. (2005³⁷): *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Chomsky, Noam (1957): *Syntactic structures*. La Haye: Mouton & Co.
- _____. (1965): *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT.
- _____. (1966): *Cartesian linguistics: a chapter in the history of Rationalism thought*. New York: Harper & Row.
- _____. (1970): "Remarks on nominalization", em Jacobs, Roderick A. / Peter S. Rosenbaum (eds.), *Readings in English transformational grammar*. Waltham / Toronto / London: Ginn and Company, 184-221.
- _____. (1975): *Reflections on language*. New York: Pantheon.
- _____. / Morris Halle (1968): *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row.
- Coseriu, Eugenio (1973): *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos.

- Gaffiot, Félix (1934): *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette.
- Gonçalves, Anielle A. G. (2009): Diacronia e produtividade dos sufixos *-agem, -igem, -ugem, -ádego, -ádigo e -ádiga* no português. São Paulo: FFLCH USP.
- Gyarmathi, Sámuel (1799): *Affinitas linguae hungaricae cum linguis fennicae origines grammaticae demonstrata*. Göttingen: Typ. Joann. Christian. Dieterich.
- Hegenberg, Leonidas (1969): *Explicações científicas*. São Paulo: Edusp/Herder.
- Heine, Bernd (1997): *Cognitive foundation of grammar*. New York / Oxford: Oxford University Press.
- Heine, Bernd; Kuteva, Tania (2002): *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hessen, Johannes (1926): *Erkenntnistheorie*. Bonn: Ferdinand Dümmler.
- Hopper, Paul; Traugott, Elizabeth C. (1993): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jansky, Herbert (1982): *Lehrbuch der türkischen Sprache*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz.
- Kiparsky, Paul (1973): 'Elsewhere' in Phonology, em: Anderson, S. / Paul Kiparsky (eds.): *Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Kroch, Anthony S. (2001): Syntactic change. In: Baltin, Martin / Chris Collins. *The handbook of contemporary syntactic theory*. Malden: Blackwell.
- Kruszewski, Mikołaj Habdank (1881): *Über die Lautabwechslung*. Kasan: Universitätsbuchdruckerei.
- Lepsius, C. Richard (1863²): *Standard alphabet for reducing unwritten languages and foreign graphic systems to a uniform orthography in European letters*. London / Berlin: Williams & Norgate / W.Hertz.
- Leroy, Maurice (1964). *Les grands courants de la linguistique moderne*. Bruxelles / Paris: Presses Universitaires de Bruxelles / Presses Universitaires de France.
- Nida, Eugene A (1946²): *Morphology: the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Oliveira, Fernão de (1536/2001): *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- Papavero, Nelson / Dante M. Teixeira / Jorge Llorente-Bousquets (1997): *História da biogeografia no período pré-evolutivo*. São Paulo: Plêiade/FAPESP.
- Rio-Torto, Graça M. O. S. (1993): *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra. Tese de doutoramento inédita.
- Rocha, Luiz C. A. (1998): *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG.

- Said Ali, Manoel (1921): *Lexeologia do portuguez historico*. São Paulo: Melhoramentos.
- Salmon, Paul. (2000): "The term 'Morphology'", em Booij, Geert / Christian Lehmann / Joachin Mugdan (eds.), *Morphologie: ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung*. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 15-22.
- Saussure, Ferdinand de (1916): *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.
- Schuchardt, Hugo E. M. (1866-1868): *Der Vokalismus des Vulgärlateins*. 3v. Leipzig: Teubner.
- _____ (1885): *Über die Lautgesetze – Gegen die Junggrammatiker*. Berlin: R. Oppenheim.
- Silva, Augusto S. da; Torres, Amadeu; Gonçalves, M. (2004): *Linguagem, cultura e cognição: elementos de linguística cognitiva*. 2v. Coimbra: Almedina.
- Spencer, Andrew (1991): *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: CUP.
- Viaro, M. E. (2006): Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo -eiro. *Estudos Lingüísticos* 35, 1443-1452.
- _____ (2007): Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos -eiro/-eira na língua portuguesa, em MASSINI-CAGLIARI, Gladis *et al.* (eds.), *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 45-84.
- _____ (2010) Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. In: *Estudos de Lingüística Galega*, Volume 2, Santiago de Compostela: 173-190, junho de 2010.